

Participação comunitária na construção do destino turístico Île-à-Vache: inclusão ou exclusão?.

Maxo St Victor.

Cita:

Maxo St Victor (2025). *Participação comunitária na construção do destino turístico Île-à-Vache: inclusão ou exclusão?.* XIII CONECOTUR - Congresso Nacional de Ecoturismo e IX ECOUC. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/maxo.st.victor/40>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/pxZC/28z>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.



Participação comunitária na construção do destino turístico Île-à-Vache: inclusão ou exclusão?

Community Participation in the Development of Île-à-Vache as a Tourist Destination: Inclusion or Exclusion?

RESUMO: O presente artigo analisa criticamente o papel da comunidade local na construção do destino turístico da Île-à-Vache, no sul do Haiti, a partir da pergunta central: a população local tem sido, de fato, protagonista no desenvolvimento do projeto turístico da ilha? O estudo parte da constatação de que, embora o discurso oficial valorize a participação comunitária como componente essencial do desenvolvimento sustentável e inclusivo, na prática, os mecanismos de envolvimento popular permanecem, em grande parte, restritos a formas simbólicas de consulta, sem que haja uma efetiva transferência de poder decisório às populações diretamente afetadas. Para investigar essa problemática, foi adotada uma metodologia qualitativa, baseada na análise crítica de documentos oficiais relacionados ao projeto turístico da Île-à-Vache, complementada por entrevistas com moradores locais. Essa abordagem permitiu confrontar o discurso institucional com as percepções e experiências da população, revelando uma discrepância significativa entre a narrativa do governo e a realidade vivida pelos habitantes da ilha. A hipótese que orienta a pesquisa é a de que a participação da comunidade local no processo de desenvolvimento turístico tem se limitado a ações superficiais de consulta, sem que haja espaço real para a deliberação coletiva ou o controle social sobre as decisões estratégicas. Assim, os processos participativos observados tendem a reproduzir relações de poder desiguais, mantendo a população em posição de subalternidade frente às autoridades públicas e investidores privados. O referencial teórico que sustenta esta análise apoia-se na tipologia da participação proposta por Arnstein (1969), especialmente na metáfora da “escada da participação”, que distingue entre níveis de participação simbólica e efetiva. Complementarmente, são mobilizados os aportes de Chambers (1997), que enfatiza a importância do empoderamento e da inversão das relações de poder no planejamento participativo. Ao final, o artigo busca contribuir para o debate sobre turismo, poder e inclusão social em contextos periféricos, como o haitiano, propondo uma reflexão crítica sobre os limites e possibilidades da participação comunitária em projetos de desenvolvimento que, muitas vezes, se apresentam como emancipatórios, mas que, na prática, reforçam estruturas excludentes. O caso da Île-à-Vache revela, portanto, a urgência de repensar os modelos de governança turística, de forma a garantir uma participação cidadã genuína, baseada na escuta ativa, na corresponsabilidade e na justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Participação comunitária; Inclusão social; Turismo e

poder; Haiti.

ABSTRACT: This article critically analyzes the role of the local community in the development of Île-à-Vache as a tourist destination in southern Haiti, based on the central question: Has the local population truly been a protagonist in the island's tourism development project? The study begins with the observation that, although official discourse emphasizes community participation as a key component of sustainable and inclusive development, in practice, mechanisms for popular involvement remain largely limited to symbolic forms of consultation, without any real transfer of decision-making power to the populations directly affected. To investigate this issue, a qualitative methodology was adopted, based on a critical analysis of official documents related to the Île-à-Vache tourism project, complemented by interviews with local residents. This approach made it possible to contrast institutional discourse with the perceptions and experiences of the population, revealing a significant discrepancy between the government's narrative and the reality lived by the island's inhabitants. The hypothesis guiding the research is that the local community's participation in the tourism development process has been limited to superficial consultation practices, without genuine opportunities for collective deliberation or social control over strategic decisions. As a result, the participatory processes observed tend to reproduce unequal power relations, keeping the population in a subordinate position vis-à-vis public authorities and private investors. The theoretical framework underpinning this analysis draws on Arnstein's (1969) typology of participation, particularly her metaphor of the "ladder of participation", which distinguishes between symbolic and effective levels of involvement. Additionally, the work of Chambers (1997) is used to highlight the importance of empowerment and the reversal of power relations in participatory planning. Ultimately, the article seeks to contribute to the debate on tourism, power, and social inclusion in peripheral contexts such as Haiti, offering a critical reflection on the limits and possibilities of community participation in development projects that often present themselves as emancipatory but, in practice, reinforce exclusionary structures. The case of Île-à-Vache thus reveals the urgency of rethinking tourism governance models to ensure genuine civic participation based on active listening, shared responsibility, and social justice.

KEYWORDS: Community participation; Social inclusion; Tourism and power; Haiti.

Introdução

O turismo tem se consolidado como uma das principais estratégias de desenvolvimento adotadas por países do Sul Global, frequentemente promovido como alternativa viável para impulsionar economias locais, reduzir desigualdades e promover a inclusão social. No entanto, essa perspectiva otimista muitas vezes esconde dinâmicas de poder assimétricas e processos excludentes que afetam profundamente as comunidades situadas nos territórios-alvo dessas intervenções.

Em nome do desenvolvimento, projetos turísticos são implementados sem a devida escuta das populações locais, sem considerar suas necessidades, prioridades e formas de organização social e territorial. Esse cenário é particularmente visível em contextos historicamente marcados por processos coloniais e neocoloniais, como o Haiti, onde o Estado e agentes privados continuam a reproduzir práticas de dominação e invisibilização das vozes populares.

Durante a última década, a Île-à-Vache foi escolhida pelo governo haitiano como cenário para a implementação de um ambicioso projeto de desenvolvimento turístico: “Destination touristique Île-à-Vache”¹. Lançado oficialmente em 2013 como parte de uma estratégia nacional para posicionar o Haiti como destino turístico competitivo no Caribe, o projeto prevê a construção de infraestruturas modernas, a reestruturação do espaço físico da ilha e a promoção de uma imagem paradisíaca voltada ao turismo internacional.

Ele visou a exploração das riquezas turísticas da Île-à-Vache, a preservação da sua integridade cultural e ecológica, a fim de promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais (Haiti, 2014). No entanto, apesar da retórica oficial que enfatiza a importância da participação comunitária e do desenvolvimento sustentável, diversos relatos e análises apontam para a exclusão sistemática da população local nos processos de planejamento e tomada de decisão.

A comunidade residente, formada majoritariamente por pescadores, camponeses e pequenos comerciantes, tem sido marginalizada das instâncias deliberativas, participando apenas de forma superficial ou simbólica das ações empreendidas pelo Estado. O projeto turístico da Île-à-Vache atraiu a atenção de autores como St Victor (2022) que analisou o papel da comunidade local e Osna (2022) que denuncia na sua implementação uma contradição aos princípios teóricos de ecoturismo.

De outro lado, Osna (2023) analisa a resistência contra esta implementação, Jeannite e Lapointe (2016) destacam o apetite das forças capitalistas e Sarrasin e Renaud (2014) que estudam o projeto a partir de uma perspectiva de sociologia política. No entanto, o projeto ainda carece uma lacuna nos estudos turísticos no Haiti em relação com a análise crítica do papel da população local na construção do destino turístico do Estado.

Estudos de casos comparativos como os de Marín Guardado Gustavo (2018) sobre a análise dos projetos turísticos no México, e Alves (2020)

sobre a análise da importância da participação no Brasil, fornecem uma base sólida para novas contribuições sobre o caso particular da Île-à-Vache.

Nesse contexto, o presente estudo propõe-se a investigar a seguinte questão central: a comunidade local da Île-à-Vache tem sido de fato protagonista na construção do projeto turístico da ilha? A hipótese que orienta a pesquisa é a de que a participação comunitária tem sido limitada, caracterizando-se por práticas simbólicas de consulta e comunicação, sem qualquer transferência efetiva de poder ou de controle sobre as decisões estratégicas.

O objetivo é avaliar o grau de participação real da população local na formulação e execução do projeto turístico, buscando compreender em que medida os princípios de inclusão e justiça social têm sido respeitados ou negligenciados nesse processo. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na análise crítica de documentos oficiais, relatórios institucionais, comunicados públicos e materiais de divulgação do projeto, complementada por entrevistas com moradores da ilha, representantes comunitários e lideranças locais.

Essa triangulação metodológica permite confrontar o discurso das autoridades com a percepção dos atores sociais diretamente afetados, revelando possíveis contradições, tensões e resistências. O referencial teórico ancora-se nos estudos de Arnstein (1969), particularmente sua “escada da participação”, que diferencia níveis crescentes de envolvimento da sociedade civil, indo da manipulação até o controle cidadão.

Complementarmente, mobiliza-se a perspectiva de Chambers (1997), que discute o papel do empoderamento, da inversão das relações de poder e da construção de processos participativos autênticos, a partir de uma ética do reconhecimento e da escuta ativa. Esses autores fornecem ferramentas analíticas valiosas para compreender os limites da participação nos contextos de desenvolvimento turístico promovidos de forma verticalizada.

A Île-à-Vache configura-se, portanto, como um caso emblemático para refletir criticamente sobre os modelos de desenvolvimento turístico impostos a comunidades periféricas, frequentemente desprovidas de mecanismos efetivos de defesa de seus direitos. Longe de ser um simples “destino turístico em construção”, a ilha é também um espaço de disputa simbólica e material, onde diferentes projetos de futuro entram em confronto.

A análise aqui proposta pretende contribuir para o debate sobre a centralidade da participação comunitária nos processos de planejamento e desenvolvimento, chamando atenção para a urgência de práticas mais justas, democráticas e enraizadas nas realidades locais.

O estudo está organizado em seis seções, além da introdução. Na primeira, apresenta-se o referencial teórico sobre participação comunitária, a escada de Arnstein e os conceitos de empoderamento de Chambers, articulados ao debate sobre turismo e poder. Em seguida, descreve-se a metodologia utilizada, com destaque para a análise documental e as entrevistas realizadas.

A quarta seção contextualiza a Île-à-Vache e o projeto turístico desenvolvido pelo Estado haitiano. A quinta seção discute os resultados da pesquisa, analisando criticamente o grau de participação da comunidade local. Por fim, a conclusão reúne os principais resultados, válida a hipótese e propõe encaminhamentos para futuras práticas e investigações.

Referencial Teórico

“Ligado ao crescimento econômico, ou seja, a uma mudança de dimensão caracterizada pelo aumento sustentado, durante um longo período, de um indicador” (Azan, s.d., p. 4), o conceito de desenvolvimento abrange diversas dimensões teóricas e ideológicas devido à sua polissemia. A participação comunitária é um princípio central nos discursos e práticas de desenvolvimento, particularmente em contextos periféricos marcados por desigualdades históricas e exclusão social.

“Em todas as etapas de um projeto, ela é essencial para um desenvolvimento genuíno” (Dorcé, 2019: 128), especialmente no que diz respeito ao turismo sustentável, buscando o equilíbrio do desenvolvimento econômico, da proteção ambiental e da qualidade de vida dos habitantes (Alves, 2020). Em políticas voltadas para o turismo, esse princípio é frequentemente evocado como forma de legitimar projetos e promover inclusão.

No entanto, o significado e a efetividade da participação variam substancialmente, podendo oscilar entre ações meramente consultivas e processos realmente emancipatórios. Cornwall (2008) destaca que a participação pode ser instrumentalizada para reforçar decisões já tomadas, funcionando como uma fachada democrática, ou pode assumir um caráter transformador, promovendo o envolvimento ativo dos sujeitos nos processos decisórios.

O trabalho de Arnstein (1969) é particularmente relevante para compreender esta dinâmica. Organizada em oito degraus, essa escada vai das formas de não participação, como manipulação e terapia, passando por níveis simbólicos, como consulta e informação, até chegar às formas de participação efetiva, como a parceria, a transferência de autoridade e o controle exercido pela cidadania. Arnstein (1969) estabelece uma distinção central entre processos participativos meramente simbólicos e aqueles que asseguram uma real redistribuição de poder entre governo e população.

No caso da Île-à-Vache, esse modelo se mostra pertinente para avaliar o grau de participação da comunidade local no projeto turístico conduzido pelo Estado haitiano. Complementando essa perspectiva, Chambers (1997; 2005) introduz a noção de empoderamento como condição essencial para a participação significativa. Para o autor, não basta que as comunidades estejam presentes nas etapas formais de um projeto; é necessário que elas exerçam influência real, partindo de seus próprios saberes e prioridades.

Isso exige uma inversão das relações de poder, em que o conhecimento técnico dos especialistas não se sobreponha à experiência

vivida das populações locais. Chambers (1997) defende uma abordagem participativa baseada na escuta, no respeito e na corresponsabilidade, o que desafia modelos tradicionais de desenvolvimento centrados no Estado ou em investidores externos. Essas reflexões se articulam à crítica sobre o papel do turismo em contextos periféricos.

Apesar de ser frequentemente apresentado como uma via para o desenvolvimento, o turismo pode reforçar dinâmicas coloniais e ampliar desigualdades quando as decisões são centralizadas e desconsideram a participação ativa das comunidades impactadas. O estudo de caso de Alves (2020) observa uma fraca participação dos habitantes no desenvolvimento turístico no Brasil, enquanto Marín Guardado (2018) demonstra como os projetos turísticos favorecem os grupos dominantes em detrimento das populações locais no México.

Como argumenta Bianchi (2009), o turismo não é neutro: ele é atravessado por relações de poder que determinam quem se beneficia e quem é marginalizado. Assim, a análise da participação comunitária na Île-à-Vache deve considerar não apenas a presença formal dos moradores nos processos, mas a existência (ou não) de mecanismos reais de inclusão, escuta e decisão. Esse referencial teórico oferece, portanto, uma base crítica para compreender as dinâmicas de poder e de exclusão que podem estar ocultas sob o discurso da participação.

Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, voltada à compreensão do grau de participação efetiva da população local de Île-à-Vache no projeto turístico conduzido pelo Estado haitiano. A opção metodológica foi orientada por uma perspectiva crítica da análise de políticas públicas, considerando não apenas os discursos e instrumentos formais do projeto, mas também as percepções e experiências dos sujeitos diretamente envolvidos.

Os dados utilizados no estudo foram coletados por meio de observação direta e entrevistas semi-diretivas realizadas durante os meses de janeiro e abril de 2022. As entrevistas semi-diretivas foram privilegiadas por oferecerem flexibilidade aos participantes, ao mesmo tempo em que garantem a abordagem sistemática de temas considerados centrais à pesquisa. Essa técnica permitiu explorar tanto os aspectos objetivos quanto subjetivos relacionados à participação da comunidade no processo de construção do destino turístico.

Dois instrumentos foram empregados na sistematização da coleta de dados: uma grade de observação e outra de entrevistas. A grade de entrevista foi construída com base nos objetivos do estudo e nos referenciais teóricos, possibilitando o direcionamento das conversas sem engessá-las, deixando espaço para a espontaneidade e a manifestação das impressões pessoais dos participantes.

A grade de observação, por sua vez, orientou o registro de comportamentos, interações e dinâmicas sociais observadas durante as

visitas de campo. A seleção dos participantes seguiu critérios intencionais, com base em contatos diretos e na busca por representações diversificadas sobre a implementação do projeto turístico. Participaram do estudo dezoito moradores da Île-à-Vache, com distintas faixas etárias, níveis de escolaridade e graus de envolvimento no projeto.

Em termos de escolaridade, 22,2% dos entrevistados possuem ensino primário, 33,3% ensino secundário e 44,4% nível universitário. Quanto à idade, observa-se uma predominância de participantes entre 40 e 50 anos (9 pessoas), seguida por 4 indivíduos com idades entre 50 e 60 anos. As faixas etárias de 20 a 30 anos contam com 2 participantes, enquanto os grupos de 30 a 40, 60 a 70 e acima de 70 anos estão representados por uma pessoa cada.

Além das entrevistas e observações, foram analisados documentos institucionais e discursos públicos referentes ao projeto turístico. Essa análise documental permitiu identificar as intenções declaradas pelos agentes estatais, bem como os mecanismos de consulta e participação formal previstos. A articulação entre fontes documentais e empíricas possibilitou o contraste entre a proposta oficial e a realidade vivenciada pelos moradores da ilha.

A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo temática, conforme sistematizados por Bardin. Esse procedimento permitiu identificar categorias relevantes emergentes dos discursos dos participantes e observar de que maneira suas falas se articulam com os conceitos discutidos no referencial teórico. Assim, buscou-se verificar se a participação comunitária na Île-à-Vache se configura como efetiva ou se permanece restrita a práticas simbólicas, como indica a hipótese do estudo.

A Île-à-Vache e o projeto turístico estatal

Contextualização histórica e socioeconômica da Île-à-Vache

Desde no século XVII, observa-se alguns piratas no atual território da Île-à-Vache. A presença desses aventureiros se tornou mais marcante particularmente com a chegada do corsário inglês Henry Morgan em 1668. Assim, uma história de pirataria marcou fortemente a Ilha. Alguns navios naufragaram nas suas águas, e até hoje os destroços não foram localizados. Entre esses eventos, St Victor (2022) destaca que o navio do capitão Henry Morgan encalhou na atual localidade de Kakòk, especificamente na baía Ferret.

Apesar da presença dos piratas, os primeiros habitantes permanentes da Île-à-Vache vieram de Saint-Jean-du-Sud. Esses colonos, que se instalaram na ilha por volta da virada do século XVII, fundaram o primeiro núcleo de povoamento na atual localidade de La Hatte. Com o crescimento populacional ao longo do tempo, novas comunidades foram sendo formadas em diferentes pontos do território da comuna.

Alguns investidores estrangeiros têm tido interesse para iniciar atividades econômicas a Île-à-Vache a partir segunda metade do século XIX.

O primeiro empreendedor a demonstrar interesse foi o britânico Bernard Kock. Em decorrência de um acordo assinado em 3 de junho de 1862 entre o presidente Abraham Lincoln, dos Estados Unidos, e o presidente haitiano Fabre Nicolas Geffrard, Kock implantou um projeto de plantação de algodão na ilha.

No entanto, os resultados da plantação foram profundamente negativos, levando ao retorno imediato desses imigrantes aos Estados Unidos. Posteriormente, em 1878, o governo de Boisrond Canal arrendou a Île-à-Vache ao senhor Gira Labastille. Em 6 de agosto de 1909, a ilha foi oficialmente reconhecida como distrito, por decisão da câmara legislativa, e, em 1976, foi elevada à categoria de comuna.

As atividades como agricultura, pecuária e na pesca são a base principal da sua economia. Os dados mais recentes de (IHSI, 2015, p. 113) estimam a população da ilha em 15.399 habitantes, distribuídos em uma área de 45,96 km². Embora a ilha tenha potencial turístico e paisagens naturais valorizadas pelo discurso oficial do desenvolvimento, a situação socioeconômica da população local é marcada por vulnerabilidades estruturais.

A maior parte dos habitantes depende da pesca artesanal, da agricultura de subsistência e de pequenas atividades comerciais informais. Os serviços públicos essenciais, como saúde, energia elétrica, são insuficientes. As vias de transporte são precárias e dificultam tanto a mobilidade interna quanto o escoamento de produtos e o acesso a mercados regionais. Poucas escolas funcionam regularmente na ilha, e não há instituições voltadas à formação profissional.

Os dados obtidos durante a pesquisa de campo indicam que 22,2% dos participantes possuem nível de ensino primário, 33,3% ensino secundário e 44,4% nível universitário, sendo essa última proporção ligada majoritariamente a líderes comunitários e agentes engajados em organizações sociais. Quanto ao perfil etário, a amostra entrevistada revela uma concentração na faixa entre 40 e 50 anos (nove participantes), seguida por quatro indivíduos entre 50 e 60 anos.

As faixas etárias entre 20 e 30 anos, 30 e 40 anos, 60 e 70 anos e acima de 70 anos são representadas por apenas uma ou duas pessoas. Esse cenário evidencia uma desconexão entre a realidade concreta da comunidade local e os planos governamentais para o desenvolvimento turístico da Île-à-Vache.

A persistência da precariedade socioeconômica, associada à limitada infraestrutura e à baixa presença do Estado em serviços básicos, levanta dúvidas sobre a efetividade e a sustentabilidade de iniciativas turísticas que não integram de forma genuína a comunidade local nos processos decisórios e na repartição dos benefícios.

O projeto turístico da ilha: promessas e discursos oficiais

O projeto de desenvolvimento turístico da Île-à-Vache foi anunciado oficialmente pelo governo haitiano em 2013 como uma das principais iniciativas para impulsionar o setor turístico no país e promover o desenvolvimento socioeconômico local. Segundo o Ministério do Turismo e das Indústrias Criativas do Haiti, a proposta visa transformar a ilha em um destino turístico internacional de referência, explorando seu potencial natural e cultural, ao mesmo tempo em que se pretendia gerar empregos e melhorar as condições de vida da população residente.

Entre os objetivos declarados, destaca-se a intenção de desenvolver uma infraestrutura turística moderna, incluindo estradas, um aeroporto, portos, resorts e centros culturais, além da criação de uma “ilha modelo” de desenvolvimento sustentável. A narrativa governamental enfatizava a harmonia possível entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e justiça social.

Nas palavras da então ministra do Turismo, Stephanie Balmir Villedrouin, tratava-se de “uma visão integrada de desenvolvimento sustentável que beneficiará tanto os visitantes quanto os moradores locais” (Ministério do Turismo, 2014). No entanto, a comunicação institucional ao redor do projeto foi marcada por fortes estratégias de marketing político e turístico.

O governo lançou vídeos promocionais, campanhas de divulgação em feiras internacionais e comunicados oficiais que exaltavam as belezas naturais da ilha, apresentando-a como “um paraíso ainda intocado”, pronto para o investimento estrangeiro. As campanhas ignoravam em grande parte as complexidades sociais e históricas da Île-à-Vache, assim como a situação de vulnerabilidade das comunidades locais.

Além disso, os documentos oficiais analisados, como o “Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico da Île-à-Vache”, apresentavam diretrizes técnicas e metas quantitativas de realização, mas não ofereciam informações claras sobre os mecanismos de consulta pública, diálogo com os moradores ou formas de garantir a participação ativa da comunidade no processo decisório. A retórica participativa estava presente nos discursos, mas não se traduziu em mecanismos institucionais concretos.

Essa lacuna entre o discurso e a prática será analisada de forma mais aprofundada nas seções seguintes, com base nas entrevistas realizadas com os moradores da ilha. A observação direta e os depoimentos coletados revelam uma realidade que questiona a legitimidade da suposta inclusão comunitária promovida pelo projeto. O que se percebe é uma abordagem centrada no investimento externo e no controle estatal, sem uma escuta ativa dos sujeitos diretamente afetados.

Participação comunitária: entre a promessa e a prática

Formas de envolvimento da comunidade no processo

A participação comunitária foi um dos elementos mais enfatizados nos discursos oficiais relativos ao projeto turístico da Île-à-Vache. Documentos e

declarações públicas destacaram repetidamente a importância de envolver os moradores locais nas diferentes etapas da implementação do plano de desenvolvimento. Contudo, uma análise atenta das práticas concretas evidencia um descompasso entre o discurso institucional e a realidade vivenciada pelas populações locais.

Em termos formais, o projeto previa a realização de consultas públicas e encontros comunitários para apresentar as etapas do desenvolvimento e ouvir as preocupações dos residentes. No entanto, as reuniões não foram de fato organizadas, exceto por dois encontros conduzidos, respectivamente, pelo Ministério do Turismo em Porto Príncipe e pelas autoridades locais na Île-à-Vache, a pedido da população.

Ainda assim, essas iniciativas foram pontuais e de alcance limitado. Por ausência de um processo contínuo de escuta e retroalimentação, observa-se uma falta de confiança entre o Estado e a população. A análise dos relatos coletados durante as entrevistas com dezoito moradores da ilha mostra que, para muitos deles, esses encontros foram percebidos como unilaterais. Diversos participantes relataram que as reuniões serviram mais para anunciar decisões já tomadas do que para discutir possibilidades em aberto.

A escuta ativa, nesse sentido, foi substituída por uma apresentação unilateral das autoridades em um tempo muito limitado. Como afirmou um dos entrevistados: “Eles vieram, falaram o que iam fazer, mas ninguém nos perguntou o que achávamos disso.” Além disso, os mecanismos institucionais previstos não contemplavam canais de representação legítima da comunidade nem ofereciam garantias de que as opiniões expressas fossem de fato consideradas no processo de tomada de decisão.

A ausência de conselhos comunitários permanentes, de fóruns participativos autônomos ou de instrumentos jurídicos de controle social reforça a fragilidade das formas de participação oferecidas. A própria linguagem utilizada nas comunicações oficiais, carregada de tecnicismos e termos voltados ao público investidor, contribuiu para a exclusão simbólica dos moradores, que muitas vezes não compreendiam integralmente os impactos do projeto.

Essa barreira informacional criou uma assimetria de poder que dificultou o engajamento crítico da comunidade de Île-à-Vache no processo de desenvolvimento do espaço. Dessa forma, ainda que a participação tenha sido formalmente mencionada em diversos momentos, sua realização prática configurou-se como limitada e predominantemente simbólica.

A ausência de instrumentos eficazes de deliberação coletiva e de mecanismos de responsabilização por parte do Estado indica que o envolvimento da comunidade foi mais uma exigência discursiva do que um compromisso efetivo com a inclusão cidadã.

Percepções dos moradores: inclusão, exclusão ou manipulação?

As entrevistas realizadas com os moradores da Île-à-Vache revelam um panorama marcado por sentimentos ambíguos em relação ao projeto turístico estatal. Ainda que alguns participantes reconheçam o potencial econômico da iniciativa e manifestem esperança na criação de empregos, a maioria expressa frustração diante da forma como o processo foi conduzido. As falas colhidas durante o trabalho de campo sugerem que a comunidade se viu, em grande medida, excluída das decisões relevantes.

Um dos pontos mais recorrentes nos depoimentos é a sensação de que as ações do governo foram unilaterais. Vários entrevistados afirmaram que foram informados sobre as obras e os investimentos previstos, mas que não lhes foi dada a oportunidade de influenciar efetivamente os rumos do projeto. As consultas promovidas no documento oficial do projeto, conforme relataram, funcionaram como momentos de apresentação e não como espaços de deliberação.

O que gerou a impressão de que a participação oferecida era meramente ilustrativa, sem impacto real sobre as decisões tomadas. Alguns moradores relataram, inclusive, episódios de desapropriação de terras ou mudanças abruptas em suas rotinas, sem que houvesse um diálogo prévio adequado ou compensações justas.

Para esses participantes, o projeto gerou insegurança e desconfiança quanto às intenções do Estado. “Disseram que a ilha seria modernizada, mas o que vimos foram máquinas, barulho, promessas e poucas explicações”, comentou um entrevistado. Outro afirmou: “Eles falam que é para nosso bem, mas decidem sozinhos. Parece que somos apenas figurantes.”

Por outro lado, houve quem destacasse a importância de melhorar a infraestrutura da ilha e visse no turismo uma via possível de desenvolvimento. No entanto, mesmo entre esses, permaneceu a crítica sobre a forma excludente com que as ações foram implementadas. A maioria apontou que apenas um grupo restrito, geralmente ligado a lideranças políticas locais, teve algum tipo de acesso às informações e aos benefícios iniciais do projeto.

Essas percepções apontam para uma exclusão estrutural da comunidade, que não se restringe ao não envolvimento técnico nas decisões, mas que reflete uma lógica de poder centralizado, onde o saber local e as vozes populares não são reconhecidos como legítimos. O sentimento generalizado de manipulação e invisibilidade reforça a hipótese deste estudo de que a participação comunitária se deu de forma simbólica, sem garantia de empoderamento ou de controle social efetivo sobre os rumos do desenvolvimento turístico.

Análise crítica com base na escada de Arnstein e em Chambers

A análise das formas de participação comunitária observadas no projeto turístico da Île-à-Vache, à luz da tipologia proposta por Sherry Arnstein (1969), permite situar o caso nos níveis mais baixos da chamada "escada da participação". Segundo a autora, os graus mais elevados de

participação correspondem à real transferência de poder decisório para os cidadãos, enquanto os degraus inferiores dizem respeito a formas simbólicas ou manipuladoras de envolvimento.

Com base nos dados empíricos coletados, a participação oferecida à comunidade local pode ser classificada entre os níveis de "informação" e "consulta", situados na zona intermediária da escada. A etapa da informação, embora essencial, é insuficiente para caracterizar uma participação autêntica, sobretudo quando os fluxos comunicacionais são unidirecionais e não permitem retorno crítico.

A consulta, por sua vez, só representa avanço se acompanhada de um compromisso institucional de incorporar as contribuições recebidas, o que, no caso analisado, não foi efetivamente demonstrado. Em algumas situações, os relatos dos entrevistados indicam até mesmo elementos que se aproximam do nível mais baixo da escada — a manipulação —, quando a retórica participativa é usada para legitimar decisões já tomadas.

A realização de reuniões com caráter meramente informativo, sem garantir espaço real de escuta, exemplifica essa prática. A perspectiva de Robert Chambers (1997) reforça essa leitura crítica ao destacar que processos de desenvolvimento que ignoram os saberes locais tendem a reforçar estruturas de dominação. Para Chambers, a verdadeira participação exige inversão de prioridades, descentralização do poder e valorização ativa dos conhecimentos e experiências das comunidades envolvidas.

O caso da Île-à-Vache mostra que tais princípios foram negligenciados. A população local não foi convocada como protagonista, mas como espectadora de um projeto concebido externamente, reforçando o que Chambers denomina "participação passiva". Além disso, não se verificou a criação de mecanismos que pudessem garantir um empoderamento contínuo da comunidade — como conselhos locais autônomos, formação política, ou instrumentos de controle social.

A ausência desses dispositivos confirma que a lógica do projeto seguiu uma perspectiva vertical e tecnocrática, incompatível com os modelos de desenvolvimento participativo defendidos tanto por Arnstein quanto por Chambers. Essa análise evidencia que, embora o discurso governamental tenha adotado uma linguagem favorável à inclusão social e ao envolvimento cidadão, a prática revelou uma estrutura centralizadora, marcada por relações assimétricas de poder.

A participação comunitária, nesse contexto, revelou-se limitada, condicionada e funcional ao interesse de atores externos ao território, comprometendo as possibilidades de desenvolvimento local genuíno e sustentável.

Considerações finais

O presente estudo buscou analisar a participação comunitária no processo de construção do destino turístico da Île-à-Vache, partindo da hipótese de que tal participação se daria de forma simbólica, sem garantir à

população local um poder decisório efetivo. Por meio da análise documental e de entrevistas com moradores da ilha, foi possível identificar uma profunda dissonância entre os discursos institucionais de inclusão e as práticas concretas observadas no campo.

Os resultados demonstram que a comunidade local foi majoritariamente excluída das decisões fundamentais do projeto turístico estatal. As formas de envolvimento foram limitadas a ações pontuais e informativas, sem que houvesse espaços reais de deliberação, negociação ou co-gestão. Essa constatação confirma a hipótese inicial do estudo: a participação comunitária esteve restrita a um plano simbólico, cumprindo mais uma função legitimadora do que transformadora.

A escada da participação de Arnstein (1969) revelou-se uma ferramenta teórica eficaz para identificar o baixo grau de envolvimento da comunidade, situado entre os degraus de "informação" e "consulta", com indícios de manipulação em determinadas práticas. Da mesma forma, as contribuições de Chambers mostraram-se pertinentes para interpretar as dinâmicas de poder presentes no processo, destacando a ausência de mecanismos que possibilitassem o empoderamento real da população local.

Esses achados têm implicações importantes para o desenho e a implementação de políticas públicas em turismo e desenvolvimento local, especialmente em contextos periféricos como o haitiano. Projetos que desconsideram a centralidade da escuta ativa, da valorização dos saberes locais e da construção coletiva de soluções tendem a reproduzir desigualdades e a gerar resistência por parte das comunidades afetadas.

A experiência da Île-à-Vache sugere que, para que o turismo se constitua de fato como uma via de desenvolvimento sustentável e inclusivo, é fundamental repensar os paradigmas dominantes, promovendo abordagens participativas genuínas, horizontalizadas e sensíveis às realidades locais. Isso implica não apenas modificar metodologias, mas transformar as lógicas de poder que regem o planejamento e a execução das políticas públicas.

Por fim, recomenda-se que futuros estudos aprofundem a análise da participação comunitária em outros contextos turísticos no Haiti e em países similares, com especial atenção aos fatores culturais, institucionais e históricos que moldam as relações entre Estado, investidores e comunidades locais. Investigações comparativas também podem enriquecer o debate e contribuir para a construção de modelos alternativos de turismo baseados na justiça social e no respeito à dignidade humana.

Referências

ALVES, Daiane. Développement participatif et tourisme: La participation citoyenne dans le développement du tourisme durable. Em K. Kadir, M. Niang Ndiaye, e A. Trousselle (Orgs.), **Les sentiers du développement, de l'art à la manière** (p. 153–174), 2020.

ARNSTEIN, Sherry Renee. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 35, n. 4, p. 216–224, 1969.

AZAN, Wilfrid. "Du concept de développement chez F. Perroux aux théories de la performance par le changement organisationnel en sciences de gestion", p. 22, [S.d.] .

BIANCHI, Raoul Vinnie James. The "Critical Turn" in Tourism Studies: A radical critique. **Tourism Geographies**, v. 11, n. 4, p. 484–504, 2009.

CHAMBERS, Robert John. **Ideas for development**. London: Earthscan, 2005.

CHAMBERS, Robert. **Whose reality counts? Putting the first last**. London: Intermediate Technology Publications, 1997

CORNWALL, Andrea Joy. Unpacking 'Participation': models, meanings and practices. **Community Development Journal**, v. 43, n. 3, p. 269–283, 2008.

DORCÉ, Ricarson. Participation communautaire, patrimoine et tourisme en Haïti: Le cas du parc de Martissant. **Rabaska: revue d'ethnologie de l'Amérique française**, 17, 121–132, 2019

HAITI. GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE D'HAITI. **Île-à-Vache: Destination touristique. Un projet de développement intégral**. . [S.l.], Notes de presse. , 2014

HAITI. Ministère du Tourisme et des Industries Créatives. **Déclaration de la Ministre du Tourisme, Stéphanie Balmir Villedrouin, sur le projet touristique de l'Île-à-Vache**. Port-au-Prince: MTIC, 2014.

HAITI. Ministère du Tourisme et des Industries Créatives. **Plan Directeur de Développement Touristique Durable de l'Île-à-Vache**. Port-au-Prince: MTIC, 2013.

IHSH – INSTITUT HAÏTIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE. **Population Totale, de 18 Ans et Plus, Ménages et Densités Estimés en 2015**. Port-au-Prince: IHSI, p. 113, 2015.

JEANNITE, Sadais., LAPOINTE, Dominique. "La production de l'espace touristique de l'Île-à-Vache (Haïti): illustration du processus de développement géographique inégal", **Études caribéennes**, n. 33–34, 28 mar. 2016b. DOI: [10.4000/etudescaribeennes.8810](https://doi.org/10.4000/etudescaribeennes.8810). Disponível em: <https://journals.openedition.org/etudescaribeennes/8810>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MARÍN GUARDADO, Gustavo. Développement touristique et appropriation foncière: Le rôle des « mafias agraires » à Tulum au Mexique. **Norois. Environnement, aménagement, société**, 247, 2018.

OSNA, Walner. "(Éco)tourisme en Haïti : le cas du mégaprojet Destination Île à Vache", **Téoros. Revue de recherche en tourisme**, 22 abr. 2022. Disponível em: https://journals.openedition.org/teoros/11018?fbclid=IwAR1Jx2Ck3noyCD5JM_2yQE2wzIntNTEEx9W9ExTYJVLOZ2QZa4P16XYUFhCE. Acesso em: 5 jul. 2022.

OSNA, Walner. "Résistance paysanne contre le mégaprojet touristique Destination Île-à-Vache", **Journal of Haitian Studies**, v. 29, n. 2, p. 4–38, 2023. .

SARRASIN, Bruno., RENAUD, Luc. "Quel tourisme pour Haïti: de la résilience à l'émergence d'une nouvelle destination ?", **Études caribéennes**, n. 27–28, 22 jul. 2014. DOI: [10.4000/etudescaribeennes.6777](https://doi.org/10.4000/etudescaribeennes.6777). Disponível em: <https://journals.openedition.org/etudescaribeennes/6777>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ST VICTOR, Maxo. **Le Plan de développement touristique de l'Île-à-Vache: une étude analytique à la lumière des concepts de tourisme durable et de développement communautaire local**. 2022. 196 f. Mémoire de Maîtrise ès Arts en Histoire, Mémoire et Patrimoine – Institut d'Études et de Recherche Africaines d'Haïti (IERAH-ISERSS) de l'Université d'État d'Haïti (UEH), Port-au-Prince, 2022.

Notas:

¹ Destinação turístico Île-à-Vache.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro viabilizado por meio de bolsa de estudos, fundamental para a realização deste trabalho. Sou igualmente grata às comunidades da Île-à-Vache pela acolhida e pela colaboração prestada durante a coleta de dados. Este artigo é fruto de uma investigação original, conduzida de forma autônoma.